

# Após pressão, STF inicia negociação com governo

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski, revelou a dirigentes da federação nacional (Fenajufe) que conversou com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para tratar dos projetos salariais do Poder Judiciário. Disse ainda que, a partir dessa conversa, foi dado início à negociação entre corpos técnicos da Direção-Geral do STF e o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Planejamento, Sérgio Mendonça.

A primeira dessas reuniões ocorreu justamente no dia da audiência, na quarta-feira (8) – elas serão acompanhadas por um juiz auxiliar da presidência do Supremo. A notícia foi bem recebida pelos servidores, que foram atendidos por Lewandowski à noite, numa reunião que durou cerca de uma hora. “É importante e necessário o fato do Poder Judiciário finalmente ter começado a negociar com o governo”, disse Adilson Rodrigues, da coordenação-geral da Fenajufe e um dos servidores que participaram da conversa.

O dirigente sindical destacou, porém, que nada está assegurado e que será preciso ainda muita mo-

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL

Pelo presente Edital, a Diretoria Executiva do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina (SINTRAJUSC), conforme estabelece o artigo 38 do Estatuto Sindical, faz saber aos trabalhadores do Judiciário Federal de Santa Catarina que será realizada ASSEMBLEIA GERAL no dia 13 de outubro do ano de 2014, segunda-feira, às 16 horas, na rampa do TRT-SC, na Capital, com os seguintes pontos de pauta:

- a) Informes;
- b) Mobilização para a campanha salarial;
- c) Autorização para ação judicial (Ação do PSSS sobre a Gratificação Natalina na Justiça do Trabalho).

Florianópolis, 7 de outubro de 2014.  
Coordenação do SINTRAJUSC

## ASSEMBLEIA GERAL

**13 de outubro, segunda, 16 horas, no TRT-SC**

**Pauta: campanha salarial e autorização para ação judicial**

bilização por parte da categoria para que haja avanços na luta pela reposição de oito anos de perdas salariais. “A pressão da greve em todo país, a realização de ato na posse do presidente do STF, quando a presidente Dilma estava presente com seus ministros, o efeito devastador da paralisação massiva e a ameaça de deflagração de greve no TRE de SP e demais estados, tudo isso foi decisivo para que a cúpula do Judiciário finalmente começasse a se mexer”, avaliou.

Participaram da reunião, representando os servidores, além de Adilson, os diretores da FenaJufe Alexandre Magnus, Cledo e Mara. Pelo sindicato de Brasília (Sindjus-DF), participou Jailton. Pelo STF, Lewandowski, Amarildo, dois juízes auxiliares e o chefe da Segurança. A reunião estava prevista para começar às 19 horas, mas acabou atrasando e só sendo iniciada por volta das 21 horas.

### **Possível contraproposta**

Não foi a primeira vez, desde que Lewandowski assumiu a presidência, ainda interinamente, que o secretário de Relações do Trabalho se reuniu com representantes do STF para tratar do assunto “salários”. Mas, segundo o diretor-geral do tribunal, Amarildo Vieira de Oliveira, o tom da conversa não foi o mesmo da reunião anterior - dessa vez, Sérgio Mendonça disse estar autorizado por escalões superiores do governo para negociar com o Poder Judiciário.

De acordo com o Supremo, a negociação em curso trata dos pro-

jetos que envolvem salários de servidores (PL 7920/2014, PL 319/2007, aumento de CJs) e de magistrados (PEC 63/ATS, reposição da inflação etc.). Os representantes do governo levaram os dados sobre todas as propostas, com as respectivas estimativas de impacto financeiro. Ficaram de analisar e trazer uma contraproposta oficial do governo – a próxima reunião deverá ocorrer na semana de 13 a 17 de outubro.

### **Protestos antes do 2º turno**

O presidente do STF, por mais de uma vez, disse que a prioridade serão os servidores e defendeu a unidade da categoria nesse momento. Disse ainda que está disposto a realizar novas reuniões com os dirigentes sindicais, caso necessário, mas que preferia que o processo fosse acompanhado pela Direção-Geral do Supremo.

Não assegurou nada. Mas a impressão que ficou foi de que a pressão decorrente das mobilizações nacionais dos servidores, mesmo que em ritmos desiguais, está surtindo efeito.

Novas manifestações e possíveis paralisações, para pressionar o governo Dilma (PT) e a cúpula do próprio Poder Judiciário Federal, devem ser convocadas para os próximos dias, antes do segundo turno das eleições.

O desafio é converter a crescente insatisfação da categoria com a falta de perspectivas concretas de reajuste e com o modo como vem sendo tratada pelo governo e administrações em mobilizações mais fortes e coesas nos próximos dias. *Por Helcio Duarte Filho, do Sintrajud*

## **Reunião no TRE discute negociação de horas/dias parados na Greve**

O servidores do TRE-SC fizeram Reunião Setorial nesta quinta-feira, 9, para deliberar sobre a campanha salarial e os encaminhamentos de negociação dos dias/horas parados na Greve pelo reajuste salarial. Os servidores têm prazo até segunda-feira para se manifestar junto à direção do Tribunal. Foi aprovado que o Sindicato peça uma Audiência com a presidência do TRE (a primeira foi com a direção geral) para tratar da negociação. A Coordenação do SINTRAJUSC já se reuniu com o diretor geral do TRT e a diretora do Foro da Justiça Federal para apresentar a proposta de abono das horas, mas até agora não houve retorno.

### **Moção de repúdio**

O SINTRAJUSC manifesta total e irrestrito apoio à mobilização dos colegas do TRE-SP, cuja greve anunciada para iniciar cinco dias antes do primeiro turno das eleições na luta pela reposição salarial foi proibida pela justiça por via liminar impondo multa diária de R\$ 300 mil em caso de descumprimento, solidariamente ao Sintrajud/SP e aos colegas que porventura aderissem à greve. A manobra, inédita, penalizava os colegas coletiva e individualmente. Mas a nova manifestação dos servidores do Judiciário Federal contra a violação do seu direito de greve e em defesa da reposição salarial da categoria já tem data para acontecer. Será no dia 15 de outubro, às 14h, em um ato público que vai reunir servidores das Justiças Eleitoral, Trabalhista e Federal. A luta, portanto, continua, e pela justiça dela repudiamos toda e qualquer forma de repressão à luta dos trabalhadores.